

17/09/2019

Proevo DPVAT | Carta de pendência



Processo  
**3190/394071**

Natureza  
**INVALIDEZ**

Data  
**29/07/2019**

Vítima  
**CARLITOS GEORGE PETRE JUNIOR**

**COMUNICADO IMPORTANTE**

Pendência(s)  
**1. OUTROS**  
Negativa técnica

Nome do responsável

vanessa

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_ VARA CÍVEL  
DE COMPETÊNCIA RESIDUAL DA COMARCA DE BOA VISTA - RR.**

**CARLITOS GEORGE PETRI JUNIOR**, brasileiro, solteiro, autônomo, portador da carteira de identidade nº 034086708 SSP/BA e inscrito no CPF/MF sob o nº 475.232.045-20, residente e domiciliado nesta Cidade, na Rua Belém, n. 657, Bairro Nova cidade, Telefone (95) 99117-3460, e-mail: carlitosgeorge@gmail.com, por seu Advogado que esta subscreve (procuração em anexo), vem perante Vossa Excelência, propor a presente

<b>AÇÃO DE COBRANÇA</b>
-------------------------

Em face da empresa **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, CNPJ 09.248.608-0001/04, localizada na Rua Senador Dantas, Nº 74 – 5º Andar – Centro – CEP. 20.031-205 – Rio de Janeiro – RJ, Tel. (021) 3861-4600, Fax (021) 2240-9073, tendo em vista as razões de fato e de direito a seguir:

**I - DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA**

A nossa Carta Magna assegura às pessoas o acesso ao Judiciário, senão vejamos:

**“Art. 5º, LXXIV, CF/88** - O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”.

Tendo em vista o Autor não possuir condições financeiras para arcar com as despesas deste processo, requer desde logo os benefícios da assistência judiciária gratuita de acordo com o artigo 98 da Lei nº. 13.105/2015, in verbis:

**Art. 98** - A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.

Verifica-se, pois, do cotejo dos dispositivos legais acima transcritos, com a declaração de hipossuficiência financeira, que o promovente tem direito e requer os benefícios da **JUSTIÇA GRATUITA**, pois não possui condições para, arcar com as custas do processo em comento.

## **II - DOS FATOS**

Segundo **Boletim de Ocorrência (B.O)**, o Autor foi vítima de acidente de trânsito no dia **19/03/2019**, ocorrido no Município de Boa Vista – RR, sofrendo **POLITRAUMAS**, causando limitações dos movimentos, resultando em sequela funcional com possível invalidez permanente dos membros afetado, conforme a **Guia de Atendimento Médico do Hospital Geral de Roraima (HGR)** (docs. anexos).

Desta forma, o Autor apresentou toda a documentação necessária para o recebimento da indenização referente ao seguro obrigatório (DPVAT) nesta cidade, cujo valor devido encontra-se em conformidade com a Lei (docs. anexos).

Entretanto, a Ré, seguradora responsável pelo pagamento, aproveitando-se da condição do Autor, que em razão da tragédia ocorrida e estando ainda fragilizado, em **29/07/2019**, negou sem justificativa o pagamento da indenização referente ao seguro, lesando o Postulante no momento em que ele e sua família mais necessitavam de auxílio (docs. anexos).

São os fatos de forma sucinta.

### **III - DO DIREITO**

#### **DO VALOR DEVIDO**

A Lei nº 6.194/74, com sua redação alterada pela Lei 11.482, de 31 de maio de 2007, impõem novos valores. Agora, destarte, as indenizações do seguro DPVAT estão atreladas aos valores estabelecidos pelo art. 8º da Lei 11.482/07, que alterou o art. 3º da Lei 6.194/74, fixando novo valor para indenização, por invalidez permanente, *verbis*:

***"Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada: II - até R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;"***

Este é o entendimento do Tribunal de Santa Catarina, vejamos:

**AGRAVO DE INSTRUMENTO.  
COMPLEMENTAÇÃO DE SEGURO DPVAT.  
PROVA PERICIAL. APURAÇÃO DO GRAU DE  
INVALIDEZ. DESNECESSIDADE. PAGAMENTO  
DE PARTE DO VALOR DEVIDO A TÍTULO DE  
SEGURO DPVAT PELA SEGURADORA.  
RECONHECIMENTO IMPLÍCITO DA INVALIDEZ  
PERMANENTE DA VÍTIMA. RECURSO  
PROVIDO. (TJSC Agravo de Instrumento: AI  
743444 SC 2009.074344-4; Relator (a): Nelson  
Schaefer Martins; Julgamento: 20/04/2010;  
Órgão Julgador: Segunda Câmara de Direito  
Civil; Publicação: Agravo de Instrumento  
n.2009.074344-4).**

A Legislação é clara no valor que deve ser pago no caso de possível invalidez permanente, de vítimas de acidentes de trânsito, ou seja, **R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais)**.

Sendo assim, vislumbra-se o bastante fundamento do presente pleito de cobrança, condenando a Ré a pagar ao Autor o valor de **R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais)**, acrescentando-se, ainda juros de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária com base no IPCA-E, adotado pelo Eg. TJRR, ambos desde o dia em que fora negado o pagamento da indenização até o dia do efetivo cumprimento da obrigação.

#### **DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA**

O respeito à Dignidade da pessoa humana constitui princípio fundamental. Partindo dessa premissa, no centro do direito encontra-se o ser humano.

Constitui a dignidade da pessoa humana um valor universal, A Dignidade não é algo que alguém precise postular ou reivindicar, porque decorre da própria condição humana. O que se pode exigir não é a dignidade em si – pois cada um já a traz consigo, mas respeito e proteção a ela.

Impõe-se, admitir, porém, que o princípio da dignidade da pessoa humana no texto constitucional é importante para a sua efetiva proteção e o seu amplo desenvolvimento pelos órgãos públicos em geral e, em especial, pelos órgãos de aplicação do direito.

A dignidade pressupõe, portanto, a igualdade entre os seres humanos. Este é um de seus pilares. É da ética que se extrai o princípio de que os homens devem ter os seus interesses igualmente considerados, independentemente de raça, gênero, **CAPACIDADE** ou outras características individuais.

Desta forma Excelência, é que o Autor vem pleitear o Direito que lhe é inerente, amparado no Art. 1º, III, da CF/88.

#### **IV - DA INVALIDEZ**

Importante frisar que a lei determina a indenização por invalidez no valor máximo, sendo que para isso necessário o laudo pericial, que não necessita a aferição do grau de INVALIDEZ, uma vez que acostado laudo médico, conforme súmula da Turma Recursal dos Juizados Especiais de Manaus:

**EMENTA: CONSUMIDOR – SEGURO DPVAT – PRELIMINARES AFASTADAS – PAGAMENTO PARCIAL NÃO OBSTA PROPOSITURA DE AÇÃO PARA RECEBIMENTO DA DIFERENÇA – DESNECESSIDADE DE APRECIAÇÃO DO GRAU DE DEBILIDADE – PREVALÊNCIA DE LEI EM FACE DE DISPOSITIVO INFRALEGAL – INDENIZAÇÃO FIXADA NA LEI 6.194/74 –**

**RECURSO IMPROVIDO – SENTENÇA  
MANTIDA. (2ª Turma Recursal de Manaus).**

**V - DO PEDIDO**

Isso posto requer-se:

- a) A citação da Requerida, em festejo à celeridade, pelo Tel. (21) 3861-4600, Fax (21) 2240-9073, ou ainda, no Endereço: Rua Senador Dantas, Nº 74 – 5º Andar, Centro – Rio de Janeiro – RJ, CEP. 20031-205, para que, querendo, responda aos termos desta ação, no prazo legal, sob as penalidades legais;
- b) Seja julgado PROCEDENTE este pleito, com a condenação da Ré ao pagamento de **R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais).**, acrescentando-se, de juros à base de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária pelo IPCA-E, incidentes desde o ilícito praticado até o efetivo cumprimento da obrigação em razão do pagamento a menor do DPVAT;
- c) Os benefícios da ***justiça gratuita***, em conformidade com o art. 98 da Lei 13.105/2015, tendo em vista ser o Autor pobre na acepção do termo, conforme declaração de hipossuficiência em anexo;
- d) A realização de audiência de conciliação nos termos do art. 319, VII da Lei 13.105/2015, após intimação da parte Ré e manifestação da mesma;
- e) Seja ainda a Ré condenada ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais.

Protesta provar o alegado por todos os gêneros probatórios permitidos em Direito, notadamente depoimento pessoal das partes, inquirição de testemunhas, juntada posterior de novos documentos, se necessário for, perícia, todas desde logo requeridas.

Dá-se a causa o valor de **R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais).**

Termos em que,

Pede Deferimento.

Boa Vista - RR, 24 de setembro de 2019.

**IGOR GUSTAVO MACAMBIRA DIAS**

**OAB/RR Nº 1639**

**JOHON EMERSON DE SOUZA CAMILO**

**OAB/RR Nº 1376**

**ÍGOR HENRIQUE NORONHA DE SOUZA**

**OAB/RR Nº 1885**



## PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: Carlitos George Petri Junior  
ESTADO CIVIL: união Estável PROFISSÃO: Autônomo  
RG nº: 0340868 708 CPF nº: 475.232.045-20  
E-MAIL: \_\_\_\_\_ TELEFONE: 99143-4600  
ENDEREÇO: Rua: Belem, N: 634 - Nova Cidade

**OUTORGADOS:** IGOR GUSTAVO MACAMBIRA DIAS, advogado devidamente inscrito na OAB/RR sob o nº 1639, IGOR BORGES BRÍGLIA, devidamente inscrito na OAB/RR sob o nº 548-E, ambos com endereço profissional nesta Capital.

**PODERES:** Para o foro em geral, e as cláusulas "ad judicium", exceto para receber citação, para propor, no interesse do OUTORGANTE, as ações que se fizerem necessárias e contestar ou responder as que contra o mesmo forem propostas, acompanhando-as até o final do julgamento, ajuizar medidas cautelares, incidentes ou não, preventivas ou provisórias, justificações judiciais, pleitear alvarás ou ordens judiciais, efetuar levantamento de depósitos judiciais, pleitear alvarás, para atos que delas dependam, mandar protestar cambiais e retirá-las do protesto, promover notificações, ou interpelações judiciais, inclusive em ações militares, patrocinar os interesses do OUTORGANTE, em procedimentos administrativos junto a quaisquer repartições públicas ou autárquicas, assinando papéis e documentos, dando e recebendo quitação administrativa ou judicial, transigindo, assumindo compromissos, desistindo, patrocinar a defesa dos interesses do OUTORGANTE em quaisquer esferas e se for o caso, poderes para substabelecer o objeto da presente Procuração com o sem reserva de poderes, e também propor ação na via administrativa junto ao INSS, usando os poderes ora conferidos dando tudo por bom, firme e valioso.

BOA VISTA - RR, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

x Carlitos George Petri Junior  
OUTORGANTE

DECLARAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA DE RENDIMENTOS

OUTORGANTE: Carlitos George Petri Junior  
ESTADO CIVIL: união Estável PROFISSÃO: Autônomo  
RG nº: 0340 868 708  
CPF nº: 445.232.045-20  
ENDEREÇO: Rua: Belem, N: 634 - Nova Cidade

DECLARA não ter condições de arcar com as despesas processuais e honorários advocatícios sem o prejuízo de seu sustento e/ou de sua família, nos termos do Art. 99, §3º, da Lei 13.105/15 e alterações, por ser pessoa pobre na acepção jurídica do termo.

BOA VISTA - RR, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

x Carlitos George Petri Junior  
OUTORGANTE

## DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE CARTEIRA DE TRABALHO

Eu Carlitos George Petri junior, portador do RG nº 0340868708  
Orgão expedidor SSP/BA e do CPF 445.232.045-20 residente no  
endereço Rua Belem nº 657  
Bairro Nova idade declaro que não possuo CTPS – Carteira de  
Trabalho, declaro estar ciente de que a falsidade nas informações acima  
implicará nas penalidades cabíveis, previstas no Artigo 15 da Lei 12.101/09.

Boa Vista - RR, 01/08/2019

(local, data)

Carlitos George Petri junior  
(Assinatura do declarante)



19/03/2019

Guia de Atendimento 17 ...



GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA  
Secretaria de Estado da Saúde  
Hospital Geral de Roraima - PAAR / PSFE  
Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, 3308

1ª Classificação  
Reclassificação  
☐ Vermelho  
☐ Laranja  
☐ Amarelo  
☐ Verde  
☐ Azul Ass.

Reclassificação  
☐ Vermelho  
☐ Laranja  
☐ Amarelo  
☐ Verde  
☐ Azul Ass.

Reclassificação  
☐ Vermelho  
☐ Laranja  
☐ Amarelo  
☐ Verde  
☐ Azul Ass.

Ligação Atuação  
CORDEIRO  
UVE

1901086285 19/03/2019 11:59:49 FICHA DE ATENDIMENTO TRAUMATOLOGIA DIURNO 07-19 16

Paciente **CARLITOS GEORGE PETRI JUNIOR** Data Nascimento **07/09/1968** Idade **50 A 6 M 12 D** CNS **47523204520** CPF **47523204520** Prontuário  
Tipo Doc **IDENTIDADE** Documento **0340868708** Órgão Emissor **SSP/BA** Sexo **M** Estado Civil **UNIAO** Raça/Cor **PARDA** Naturalidade **SAO PAULO - SP** Nacionalidade **BRASILEIRA**  
Mãe **IZAURA MACIEL PETRI** Contato **(95) 99117-3460**  
Endereço **AVENIDA - BENJAMIN CONSTANT - 3419 - SAO VICENTE - BOA VISTA - RR** Ocupação **NÃO INFORMADA**

Class. de Risco **SUS - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE** Plano Convênio **URGÊNCIA** N° da Carteira **DEMANDA ESPONTANEA** Validade **FRANCILENE.SILVA** Autorização **FRANCILENE.SILVA** Sis Prenatal **FRANCILENE.SILVA**  
Motivo do Atendimento **ACIDENTE DE MOTO** Caráter do Atendimento **URGÊNCIA** Profissional do Atend. **DEMANDA ESPONTANEA** Procedência **FRANCILENE.SILVA** Temp. **FRANCILENE.SILVA** Peso **FRANCILENE.SILVA** Pressão **FRANCILENE.SILVA**  
Setor **GRANDE TRAUMA** Tipo de Chegada **DEMANDA ESPONTANEA** Procedimento Sol. **FRANCILENE.SILVA** Registrado por: **FRANCILENE.SILVA**

Queixa Principal ☐ Síndrome Febril ☐ Sintomático Respiratório ☐ Suspeita de Dengue

*Dor em pé*

Anamnese de Enfermagem **GSC** TOTAL **15**  
AO: 1 2 3 4 RV: 1 2 3 4 5 MRV: 1 2 3 4 5 6

Anamnese - (HORA DA CONSULTA - : h)  
*Paciente com dor em pé após acidente automobilístico  
moto x carro*

Exame Físico *D: ECG 15*  
A: *AP sem edema cervical* E: *escarificações em MSE, abdome, e*  
B: *MVD, expansibilidade preservada* M I  
C: *sem xerogranuloma ativo*

Hipótese Diagnóstica

SADT - Exames Complementares  
☐ RAIO-X ☐ ULTRA-SON ☐ TC ☐ SANGUE ☐ URINA ☐ ECG ☐ OUTROS:

PRESCRIÇÃO

*Dipirona 1g EV 12:14*

APRAZAMENTO OBSERVAÇÃO  
Av. Brq. Eduardo Gomes, 3308  
Nova Planalto Tel (95) 2121-0620  
AUTENTICAÇÃO  
17 MAR 2019  
Certifico e Dou Fé que a presente  
cópia é fiel reprodução Original  
que foi apresentada neste Hospital

Conduta  
☐ Alta por Decisão Médica  
☐ Alta a Pedido  
☐ Alta a Revelia  
☒ Transferência para: *Ortopedia*  
☐ Ambulatório  
☐ Observação (Até 24h)  
☐ Internação  
Data e Hora da Saída/Alta: / /

óbito  
Antes do 1º Atendimento? ☐ Sim ☐ Não Destino: ☐ Família ☐ IML Anatomia Patológica / /

Assinatura do Paciente ou Responsável Carimbo e Assinatura do Médico

Impresso por: francilene.silva  
Data Hora: 19/03/2019 12:01:08

24 JUN. 2019

1901086285



# Autopsia - Dr. Dolson (ai 43)

Paciente vítima de acidente carro-moto, operando  
do FCC um Jca Jermal de Pú (D). Radiografia  
evidenciando fratura de 2º Metacarpo Direito.

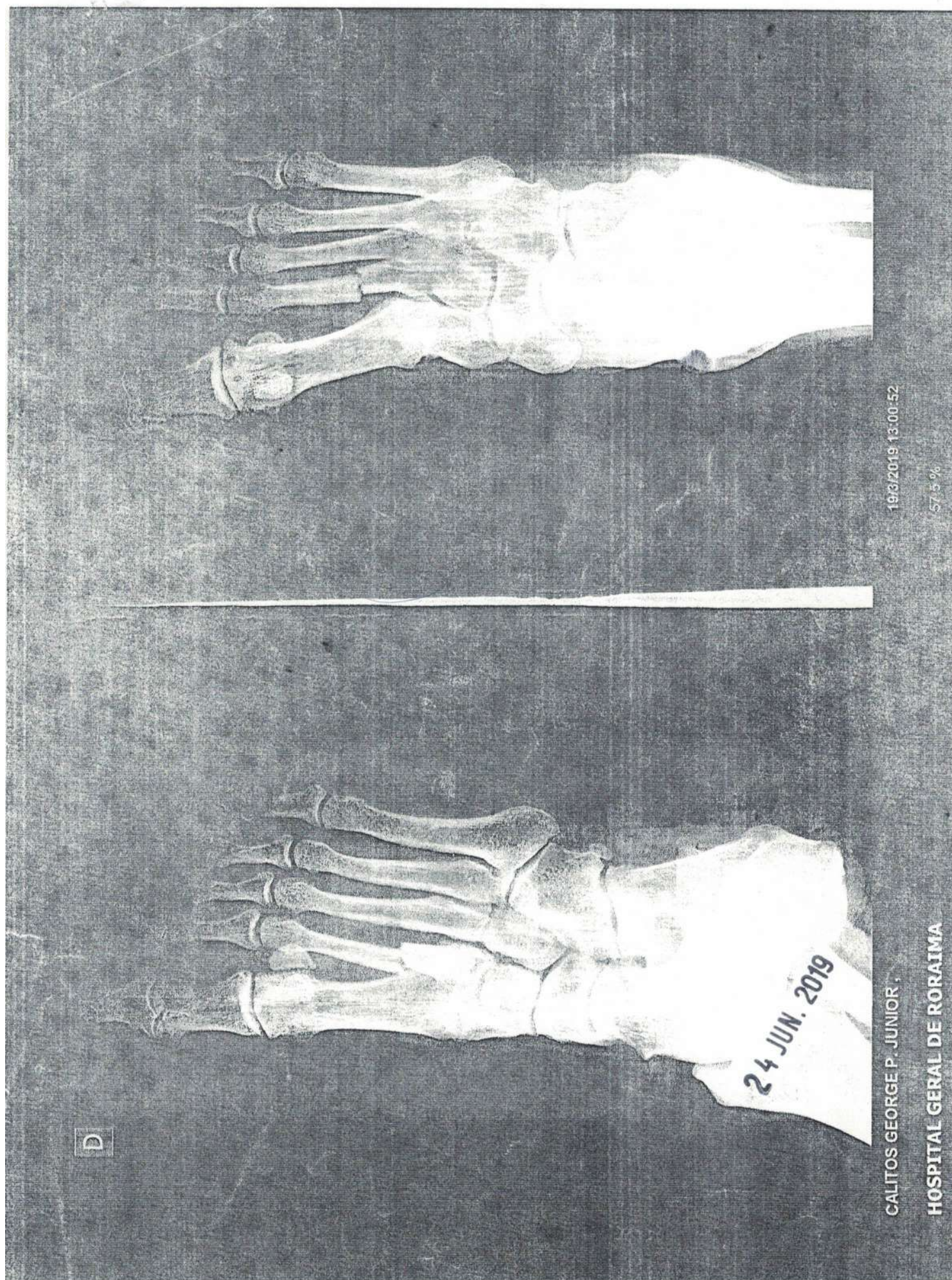
(D) - Imediatamente guiar e Anestesia  
Quintana  
Ao HCM.

GR



24 JUN. 2019





19/3/2019 13:00:52

57.5%

CALITOS GEORGE P. JUNIOR,

HOSPITAL GERAL DE RORAIMA





GOVERNO DO RIO DE JANEIRO  
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"  
COORDENAÇÃO GERAL DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA  
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE

NOME:

Parlita Gercy R. Lima

RECEITUÁRIO

Trauma p.c. @, fratura do  
2º metacarpo. Reduzido tratamento  
conservador, ppto para atividades  
da condutividade alto ortopedica.

DATA 17.7.19

Dr. Dalson Feitosa

Ortopedia - Traumatologia

CRM-RJ 1176

Assinatura e Carimbo

CLÍNICA ESPECIALIZADA CORONEL MOTA  
Rua Coronel Pinto, 630 - Centro - Boa Vista RJ  
CEP: 20.110-100 - FONE: 2514.1000/1001

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DAS CIDADES**  
**DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÁNSITO**  
**CARTERA NACIONAL DE HABILITAÇÃO**

**VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL**  
**1554852200**

**CARLOS GEORGE PETRI JUNIOR**



**RACIA**  
**0340868708-558 MA**

**CPR**  
**478-432-045-20**

**DATA NASCIMENTO**  
**07/09/1968**

**NOME**  
**CARLOS GEORGE PETRI**

**ENDEREÇO**  
**IZAURA MACIEL PETRI**

**PERMISSÃO**  
**ACC**

**CAT. HAB.**  
**AB**

**Nº REGISTRO**  
**01485399565**

**VÁLIDE**  
**28/12/2022**

**1ª HABILITAÇÃO**  
**25/03/1987**

**SIGNATURAS**

*Carlos George Petri Junior*  
**SIGNATURA DO PORTADOR**

**LOCAL**  
**BQA VRSUA RR**

**DATA DE EMISSÃO**  
**28/12/2017**

**ANTONIO FRANCISCO BEZERRA MACHES  
 DIRETOR PRESIDENTE REGIONAL  
 DISTRITO DE RORAIMA**

**SIGNATURA DO EMISSOR**  
**57161887410  
 RE209496525**

**RORAIMA**





Para contato  
conosco informe  
este número



Roraima Energia S.A.  
Av. Capitão Ene Garcez, 691 - Centro - Boa Vista - RR  
CNPJ: 02.341.470/0001-44 | Insc. Estadual: 24.007.022-3  
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica - Série B-1  
Regime especial de impressão autorizada pela SEFAZ 368/13

Nº da Nota Fiscal: 003014628  
A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada  
pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002.

CONTA MÊS	VENCIMENTO	CONSUMO (kWh)	TOTAL A PAGAR (R\$)
JUNHO/2019	11/07/2019	175	171,39

LAURA MACIEL  
R. BELÉM 657 NOVA CIDADE  
CPI: 00011312300515

CIP: 69 316-254 - BOA VISTA

DADOS DA LEITURA	kWh	kVArh	DATAS DA LEITURA
Atual:	19689		Atual: 06/06/2019
Anterior:	19514		Anterior: 09/05/2019
Constante de Multiplicação:	1,000		Próxima Leitura: 06/07/2019
Consumo Medido:	175		Emissão: 05/06/2019
Consumo Faturado:	175	FCAM	Apresentação: 06/06/2019

Classe/Subclasse	Ligação	Número Medidor	Posto	Código Fat.	Média 12 meses
RESIDENCIAL	BI	11FDB064591	1521722	1.1.1.2	240

HISTÓRICO kWh	DESCRIÇÃO DA CONTA
Mês/ano consumo	
MAR-19 277	CONSUMO 175 A R\$ 0,773664 = 135,39
ABR-19 301	CORRECAO MONETARIA DA 04/19-00 0,10
MAR-19 264	CORRECAO MONETARIA IG 04/19-00 1,55
FEV-19 235	MULTA POR ATRASO DE I 04/19-00 0,83
JAN-19 251	JUROS DE MORA POR ATR 04/19-00 0,14
DEZ-18 246	MULTA POR ATRASO 04/19-00 4,78
NOV-18 254	JUROS DE MORA DE IMPO 04/19-00 1,27
OUT-18 264	ILUMINACAO PUBLICA 27,33
SET-18 267	
AGO-18 215	
DARF SEM TRIBUTOS:	
0 - 175 - 0,604620	

#### MENSAGENS IMPORTANTES / REAVISO DE VENCIMENTO

LIGUE 08007019120 E FAÇA OPÇÃO VENCIMENTO 1 6 11 16 21 26.  
Parabéns! Até o dia 05/06/2019, não constatamos faturas vencidas  
nessa Unidade Consumidora.

RESERVADO AO FISCO 2F8C.EDA1.2A58.31B2.BB(9.D24F.7148.CC45

COMPOSIÇÃO DA CONTA - R\$	IMPOSTOS/TRIBUTOS - R\$
Distribuição: 34,39	Base de Cálculo: 135,39
Energia: 72,90	Alíquota ICMS: 17,00%
Transmissão: 0,00	Valor do ICMS: 23,01
Encargos: 3,78	Valor do PIS: 0,23
Tributos: 24,32	Valor do COFINS: 1,08

INDICADORES DE CONTINUIDADE							
	DCC			FC			
	Consumo	FC	FC	Consumo	FC	FC	
	8,85	17,70	35,40	3,46	16,92	33,84	4,82
	0,00			0,00			0,00
DISTRITO						04/2019	98,75

ROT: 15.001.23.02.279000



Roraima Energia S.A.  
Av. Capitão Ene Garcez 691 - Centro - Boa Vista - RR  
CNPJ: 02.341.470/0001-44 | Insc. Estadual: 24.007.022-3

SEU CÓDIGO

0088314-0

MÊS FATURADO

06/2019

Nº da Nota Fiscal:

003014628 FCAM

TOTAL A PAGAR - R\$

171,39

VENCIMENTO

11/07/2019

83610000001 4 71390075000 9 00000000088 5 31400619008 1



24 JUN. 2019